

Inquérito Civil n. 06.2017.00006811-3

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**Consumidor – Programa Alimento Sem Risco**

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do Promotor de Justiça Felipe Nery Alberti de Almeida, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Concórdia, com atribuição para atuar na Defesa do Consumidor, e o estabelecimento **JULIANA SIQUEIRA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 05.414.394/0001-48, sediada na Rua Tancredo Neves, 601, bairro Cinquentenário, Concórdia/SC, neste ato representada pela Sra. Juliana Siqueira, CPF n. 026.211.239-61, RG n. 3.781.095, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, ajustam o seguinte:

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 129 da Constituição Federal), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (artigo 127, incisos III, da CF e artigo 81, incisos I e II, da Lei Federal n. 8.078/90) e individuais homogêneos (artigo 127, inciso IX, da CF e artigos 81, inciso III e 82, ambos do Código de Defesa do Consumidor);

**CONSIDERANDO** que o artigo 5º, inciso XXXII, da CF impõe que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor” e que o art. 170 determina que “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios (...) IV – defesa do consumidor”;

**CONSIDERANDO** ser direito básico do consumidor a proteção de sua vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (artigo 6º, inciso I, do CDC);

**CONSIDERANDO** ser direito básico do consumidor, dentre outros, obter informação clara e adequada sobre os diferentes produtos e serviços (artigo 6º, inciso III, do CDC);

**CONSIDERANDO** que os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não poderão acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição (artigo 8º do CDC);

**CONSIDERANDO** que o fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança, bem como produto em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (artigo 10, *caput*, e artigo 39, inciso VIII, ambos do CDC);

**CONSIDERANDO** que são impróprios ao consumo os produtos nocivos à vida ou à saúde, assim como aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação, os produtos que estejam com prazo de validade vencido ou inadequados ao fim que se destinam (artigo 18, § 6º, do CDC);

**CONSIDERANDO** que o fornecedor responde pela reparação de danos ocasionados aos consumidores, inclusive de caráter difuso (artigo 6º, inciso VI, do CDC), por defeito do produto (artigo 12, *caput*, do CDC);

**CONSIDERANDO** que se considera defeituoso o produto quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração o uso e os riscos que lhe são inerentes (artigo 12, § 1º, inciso II, do CDC);

**CONSIDERANDO** que o comerciante responde igualmente pela reparação de danos causados aos consumidores, por defeitos constatados nos produtos que comercializa, independentemente da existência de culpa, nos casos em que o produtor não puder ser identificado ou o produto for fornecido sem identificação do produtor (artigo 13, incisos I e II, do CDC), ao passo que o artigo 18 atribui a solidariedade a todos os partícipes da cadeia produtiva;

**CONSIDERANDO** a exigência do rastreamento dos alimentos para identificar a origem de um produto em qualquer momento do processo de produção e distribuição, visando a atender ao direito do consumidor à informação, preconizado nos artigos 6, inciso III e 31, ambos do CDC, e, mediante identificação, para que se possa efetivamente reprimir o uso irregular de agrotóxicos, de forma a atender a segurança alimentar, uma vez que o consumo de alimentos com resíduos de agrotóxicos proibidos e/ou não autorizados e/ou em quantidade superior aos níveis de tolerância permitidos é potencialmente nocivo à vida e à saúde dos consumidores;

**CONSIDERANDO** que, dependendo do contexto fático, pode constituir crime contra as relações de consumo vender ou expor à venda mercadoria cuja composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou esteja de qualquer forma impróprio ao consumo (artigo 7º, incisos II e IX, da Lei Federal n. 8.137/90);

**CONSIDERANDO** a necessidade de avaliar continuamente os níveis de resíduos de agrotóxicos existentes nos alimentos expostos ao consumo, visando à tutela do consumidor quanto à segurança dos alimentos;

**CONSIDERANDO** a existência do **Programa Alimento sem Risco** no âmbito do Ministério Público, que conta com a parceria das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, da Saúde, do Desenvolvimento Econômico Sustentável, da Segurança Pública, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; do Ministério da Agricultura e do Abastecimento; da Superintendência do IBAMA em Santa Catarina; do Conselho

Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia em Santa Catarina; da Procuradoria Regional do Trabalho em Santa Catarina; e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Santa Catarina (Termo de Cooperação Técnica n. 19/2010), cujo objetivo é estabelecer estratégias de atuação integradas, para coibir o uso indevido de agrotóxicos, fortalecer a economia agrícola e garantir o direito básico à saúde de agricultores, dos consumidores e da sociedade em geral, bem como o direito a um meio ambiente sadio e equilibrado;

**CONSIDERANDO** que, 25 de setembro de 2017, o **Relatório de Ensaio Protocolo n. ENA-AGS 014D/17-01-Rev01**, relativo à amostra de **tomate**, coletada no estabelecimento da COMPROMISSÁRIA e analisada pelo Laboratório Agrosafety – Monitoramento Agrícola, detectou **DESCONFORMIDADE**, uma vez que os resultados não estão em conformidade com o limite máximo de resíduos estabelecidos pela ANVISA, consoante legislação pertinente, devidamente atestado em Parecer Técnico Interpretativo da CIDASC;

**RESOLVEM:**

Firmar o presente **Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta**, com fulcro no § 6º do artigo 5º da Lei Federal n. 7.347/85, para monitorar a comercialização, no âmbito do estabelecimento da **COMPROMISSÁRIA**, de produtos hortícolas, com a finalidade de detectar resíduos de agrotóxico em desacordo com a legislação (agrotóxico proibido e/ou de uso não autorizado para determinada cultura e/ou acima do limite máximo permitido), mediante sistema de rastreamento das frutas, verduras e hortaliças, o qual identificará a origem desde a produção ou, provisoriamente, distribuição, observado o disposto no item 2.2, fixando sua efetividade nas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO DE QUALIDADE**

Com ênfase na responsabilidade social e no monitoramento da qualidade dos hortícolas comercializados no seu estabelecimento, a **COMPROMISSÁRIA** assume os seguintes compromissos:

1.1. Apoiar as fiscalizações, garantindo o pleno exercício das atividades de monitoramento de produtos hortícolas, sob responsabilidade da Vigilância Sanitária, CIDASC ou de outro órgão oficial que as execute;

1.2. Para fins de monitoramento, fornecer ao órgão de fiscalização, no ato de coleta das amostras, a ser realizada preferencialmente na área de estocagem de produtos da **COMPROMISSÁRIA**, em sua embalagem original, se houver, a qualificação do fornecedor, nos termos da obrigação do item 2.1 da Cláusula Segunda deste instrumento.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO DIREITO À INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR**

2. A **COMPROMISSÁRIA** assume a obrigação de:

2.1. Identificar ao consumidor, de forma padronizada e de fácil leitura, nos termos da RDC/ANVISA n. 24, de 8 de junho de 2015, a consulta direta aos seguintes dados do produto hortícola:

- a) nome do produto vegetal e, se houver, a sua variedade;
- b) nome do produtor ou, provisoriamente, do distribuidor, no prazo do item 2.2;
- c) registro do produtor ou, provisoriamente, do distribuidor, no prazo do item 2.2, no CNPJ ou CPF; e
- d) endereço, município e unidade da federação do produtor ou, provisoriamente, do distribuidor, no prazo do item 2.2.

2.1.1. Para os produtos embalados: não expor à venda nem

comercializar frutas, legumes e verduras sem a respectiva rotulagem na embalagem ou em qualquer forma de recipiente, disponibilizando, no mínimo, as informações da obrigação do item 2.1 desta Cláusula;

2.1.2. Para os produtos a granel: informar, na gôndola e na área de estocagem do produto, a identificação nas caixas ou em qualquer forma de recipiente, disponibilizando, no mínimo, as informações da obrigação do item 2.1 desta Cláusula.

2.1.3. No caso de lote consolidado, composto por hortícolas de mais de um produtor, o acesso à identificação da origem será facultado ao consumidor por meio de consulta digital ao código do lote consolidado, o qual deverá exibir, como resultado da consulta, as informações dos produtores.

2.1.4. No caso de hortícolas importadas, o importador deverá estar devidamente identificado ao consumidor final.

2.2. Fica estabelecido o prazo provisório máximo de 36 (trinta e seis) meses para a **COMPROMISSÁRIA** adotar a identificação completa do produtor ou, quando for caso, do lote consolidado, em toda a sua linha de hortícolas, de forma padronizada e legível na gôndola ou na embalagem, findo o qual não mais admitir-se-á sem a identificação do produtor.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO MONITORAMENTO DE CONTROLE

Com a finalidade de melhorar a qualidade dos alimentos e criar indicadores quantitativos e qualitativos referentes ao acompanhamento, controle e fiscalização de resíduos de agrotóxicos em hortícolas monitorados pelo Programa Alimento Sem Risco, a **COMPROMISSÁRIA** obriga-se a:

3.1. Pagar 01 (uma) análise laboratorial por ano, nos 24 meses

seguintes à assinatura do presente termo, definida(s) com base na tabela de correlação entre o número de caixas de pagamento de compras (*checkouts*) da **COMPROMISSÁRIA** e o número de amostras/ano, de acordo com Anexo I;

3.2. A **COMPROMISSÁRIA** deverá utilizar, para cumprimento da obrigação desta Cláusula, somente laboratório com comprovada habilitação para análise de resíduos agrotóxicos em alimentos, acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), na Norma de Gestão da Qualidade para Laboratórios Analíticos ABNT ISO IEC 17025;

3.3. O órgão de fiscalização, responsável pela coleta prevista no item 1.1 da Cláusula Primeira, deverá informar à **COMPROMISSÁRIA**, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, a data e a hora que será realizada a referida coleta, sendo de responsabilidade da **COMPROMISSÁRIA** fornecer o material necessário para cada coleta, remetendo-a imediatamente pelos Correios ao laboratório referido no item 3.2.

3.4. A **COMPROMISSÁRIA** deverá orientar o laboratório, conforme item 3.2 desta Cláusula, a enviar o laudo de cada análise laboratorial em documento eletrônico portátil (tipo PDF), assinado digitalmente pelo responsável técnico do laboratório, ao **Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO)** e à **COMPROMISSÁRIA**.

**Parágrafo único.** A presente Cláusula terá vigência pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, ajustando as partes que após este período, dependendo da análise dos indicadores previstos neste instrumento, poderá ser revisto pelas partes determinando novas condições e obrigações aditadas ou revogadas.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA MEDIDA COMPENSATÓRIA**

A **COMPROMISSÁRIA** obriga-se a pagar, a título de medida compensatória pelos incidentes de DESCONFORMIDADE por laudo da análise laboratorial, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, destinado ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), CNPJ n. 76.276.849/0001-54, mediante quitação de boleto bancário a ser fornecido pelo à **COMPROMISSÁRIA**, via e-mail: **casadamelancia1@gmail.com**.

**Parágrafo único.** Para comprovação desta obrigação, a **COMPROMISSÁRIA** deverá apresentar a esta Promotoria de Justiça cópia do comprovante de pagamento em até 10 (dez) dias após o pagamento do respectivo boleto bancário.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA MULTA COMINATÓRIA**

5.1. A **COMPROMISSÁRIA** ficará sujeita ao pagamento de multa cominatória no valor de **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**, destinado ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), CNPJ n. 76.276.849/0001-54, por visita de fiscalização, sempre que constatado:

- a) descumprimento de obrigação assumida;
- b) desconformidade apurada em novo laudo de análise de amostra de hortícola do mesmo produtor ou distribuidor, no prazo do item 2.2.

5.2. Reduzir-se-á à metade o valor previsto no item 5.1 em caso de desconformidade apurada em novo laudo de análise de amostra de hortícola de produtor ou distribuidor diverso, no prazo do item 2.2;

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**



O **MINISTÉRIO PÚBLICO** se compromete a não adotar qualquer medida judicial de cunho civil contra a **COMPROMISSÁRIA** no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA POSSIBILIDADE DE REVISÃO**

Passadas as datas acordadas no presente Termo, as partes poderão revê-lo mediante termo aditivo, que poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento ou que se mostrem tecnicamente impossíveis ou necessárias.

**Parágrafo único.** Na hipótese de superveniência de nova regulamentação sobre o tema objeto deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta ou alteração dos dispositivos legais que regem a matéria, oportunizar-se-á de imediato a realização de audiência entre as partes com o propósito de adequação à nova normatização.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Concórdia para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente TAC.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, cujas cláusulas têm aplicação imediata e eficácia em âmbito nacional, a despeito da remessa posterior ao **Conselho Superior do Ministério Público**.

Concórdia/SC, 15 de fevereiro de 2018.

**Felipe Nery Alberti de Almeida**  
**Promotor de Justiça**

**Juliana Siqueira**  
**Compromissária**

**ANEXO I – TABELA DE CORRELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE CAIXAS DE PAGAMENTO DAS COMPRAS (*CHECKOUTS*) DA EMPRESA DA COMPROMISSÁRIA E O NÚMERO DE AMOSTRAS/ANO.**

<b>Número de caixas de pagamento – <i>checkouts</i></b>	<b>Número de Amostras/Ano</b>
1 – 10	1
11 – 30	2
31 – 50	3
51 – 80	4
81 – 110	5
111 – 140	6
141 – 170	7
171 – 200	8
201 – 250	10
251 – 300	12
301 – 350	14
351 – 400	16
401 – 450	18
451 – 500	20
501 – 550	22
551 – 600	24
Acima de 600	26